

Congresso ainda não decidiu como vai atuar no caso dos fundos fiscais

por Marta Salomon
de Brasília

A mensagem do presidente Fernando Collor de Mello considerando ratificados mais de 50 fundos incluídos no orçamento da União não garantiu a sobrevida às dotações que detêm cerca de 15% dos gastos públicos. O entendimento da direção do Congresso Nacional, em resposta à consulta feita pelo deputado César Maia (PDT-RJ), é de que os fundos foram extintos no último dia 5 por falta de deliberação dos parlamentares.

"Ainda não temos solução para os fundos", disse ontem à noite o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento. A Constituição só dispensou a ratificação dos fundos resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os



César Maia

que interessem à defesa nacional. Apesar de a maioria dos fundos não ter sido ratificada pelo Congresso no prazo de dois anos após a promulgação da Constituição eles aparecem no projeto de lei orçamentária que tramita no Congresso.

Segundo César Maia, é

irregular a liberação de recursos dos fundos desde o último dia 5, apesar de as dotações para 1990 já terem sido aprovadas em lei. "O ministro que liberar recursos dos fundos poderá responder por crime de responsabilidade", alertou o deputado. "É uma questão delicada", disse.

O deputado admite, porém, que a Constituição pode ser "driblada" e os fundos recriados através de projetos de lei. As alternativas deverão ser analisadas pela Comissão Mista de Orçamento que inicia nesta semana a discussão do projeto de lei orçamentária para 1991.

No projeto estão incluídas dotações para cerca de 50 fundos "extintos", vinculados à Presidência da República, ministérios, Câmara, Senado e a Justiça eleitoral. Segundo cálculo de César Maia, as dotações dos fundos somam cerca de

Cr\$ 1 trilhão e fogem ao controle do Tesouro Nacional. O governo deixou de incluir no projeto orçamentário dotações para o Finam e o Finor, vinculados à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, e que não precisavam de ratificação pelo Congresso.

Na véspera de esgotar-se o prazo constitucional para a ratificação dos fundos, o presidente Fernando Collor enviou ao Congresso mensagem em que tenta contornar a iminente extinção dos fundos. Na mensagem, o presidente diz confiar que a inclusão dos fundos no orçamento garante a sobrevida regular das dotações. A mensagem foi lida em plenário mas não foi submetida à apreciação dos deputados e senadores. "A mensagem não será considerada porque fere o processo legislativo", interpretou César Maia.